

# ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

## Negociação estranha

Muito estranha esta renegociação que o Brasil começa com os bancos estrangeiros na próxima segunda-feira: não vamos pedir nenhum empréstimo novo, por mais que alguns banqueiros digam que estão dispostos a emprestar; não esperamos baixar a taxa de risco (spread) dos 2,2% para o nível de 1,1% obtido pelo México, contentando-se o Brasil com apenas 1,5%; não tocaremos sequer na questão da limitação das remessas de dólares ao exterior por conta dos juros da dívida externa, porque isso ferre as regras do mercado; e agora ficamos sabendo também que não vamos pedir nem mesmo o prazo de carência de três ou quatro anos, no refinanciamento das amortizações.

Desse jeito não há quem não renegocie - principalmente porque o Brasil, mesmo sem tomar dinheiro novo emprestado, continuará cumprindo o acordo com o Fundo Monetário International (FMI), enrolando como pode as metas trimestrais das próximas Cartas de Intenção e recebendo regularmente as parcelas do crédito de baixo custo fornecido por aquele organismo internacional. Além de alguma redução nas comissões de renegociação e inclusão das amortizações que vencem ao longo dos próximos quatro anos, até agora não deu para ver direito quais são as reais vantagens da proposta que o presidente do Banco Central, Affonso Pastore, estará levando para Nova Iorque.

As autoridades econômicas argumentam que a situação do País é extremamente confortável, com quase US\$ 8 bilhões de reserva de caixa resultante do superávit superior a US\$ 12 bilhões na balança comercial, com perspectiva de manter as vendas externas e até algum ganho de reserva em 1985 - e, portanto, sem qualquer necessidade de mais empréstimos externos dos bancos internacionais. Além disso, o "ajustamento" das contas externas permitirá também continuar contando com novos créditos de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, de modo que o próximo governo não deve nem se preocupar com o fechamento do balanço de pagamentos.

Talvez este seja mesmo o principal objetivo desta terceira renegociação da dívida brasileira: nem os ministros atuais, nem os banqueiros e o FMI querem que Tancredo Neves tenha qualquer preocupação com os US\$ 11 bilhões que o País continuará enviando anualmente aos Estados Unidos, sob a forma de pagamento dos juros da dívida - que continuam intocados em todos os seus aspectos, incluindo taxas flutuantes ao sabor da política de Ronald Reagan.

ARNOLFO CARVALHO